Águas de Porto Feliz Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2019

ÁGUAS DE PORTO FELIZ LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVOS	31/12/2019	31/12/2018	PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTES			CIRCULANTES		
Caixa e equivalentes de caixa	450	306	Fornecedores	91	27
Contas a receber de clientes	313	423	Obrigações trabalhistas	32	45
Despesas antecipadas	2	0	Total dos passivos circulantes	123	72
Adiantamentos	1	2			
Total dos ativos circulantes	766	731	NÃO CIRCULANTES		
			Partes relacionadas	3.955	3.107
NÃO CIRCULANTES			Provisão para demandas judiciais	9	9
Outros créditos a receber	10	10	Obrigações tributárias	104	115
Partes relacionadas	3.500	2.651	Total dos passivos não circulantes	4.068	3.231
Imobilizado e Intangível	2.432	2.645			
Total dos ativos não circulantes	5.942	5.307	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Capital social	2.349	2.349
			Reserva de lucros	167	384
			Total do patrimônio líquido	2.517	2.734
TOTAL DOS ATIVOS	6.708	6.037	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.708	6.037

ÁGUAS DE PORTO FELIZ LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2019	31/12/2018
Receita líquida de vendas	3.583	3.438
(-) Custo dos serviços prestados	(2.301)	(2.052)
LUCRO BRUTO	1.282	1.386
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Gerais e administrativas	(628)	(508)
Comerciais	(319)	(242)
Outras receitas (despesas) operacionais	(221)	0
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	115	636
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	57	39
Despesas Financeiras	(1)	(1)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	171	673
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
(-) Imposto de renda e contribuição social	(388)	(389)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(217)	284

ÁGUAS DE PORTO FELIZ LTDA.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital Social	Reserva de Lucros	Resultado Exercício	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	2.349	101	-	2.450
Resultado líquido do exercício	-	-	284	284
Destinação:				
Transferência para Reserva de lucros	-	284	(284)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	2.349	385	-	2.734
Resultado líquido do exercício	-	-	(217)	(217)
Destinação:				
Transferência para Reserva de lucros	-	(217)	217	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.349	167	-	2.516

ÁGUAS DE PORTO FELIZ LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado líquido do exercício	(217)	284
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	213	232
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber de clientes	110	64
Adiantamentos	1	(0)
Despesas antecipadas	(2)	2
Outros ativos	(849)	(1.111)
Fornecedores	65	(58)
Obrigações trabalhistas	(14)	(8)
Obrigações tributárias	(11)	12
Outras obrigações	848	696
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	144	114
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	-	-
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	144	114
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	306	192
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	450	306
(REDUÇÃO)/AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	144	114

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A sociedade de propósito específico (SPE) foi constituída em 17 de setembro de 2009, com sede na cidade de Porto Feliz – SP e tem por objeto social a captação, tratamento e fornecimento de água para o município de Porto Feliz, por meio de Concessão, conforme contrato n° 011/2008, processo: 195/2006 de 09 de maio de 2008, contrato este decorrente da Concorrência 01/28 do SAAE de Porto Feliz.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

2.3.1. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Sociedade é o Real Brasileiro, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

2.3.2. Uso de estimativa e julgamento

Julgamento

A preparação das demonstrações da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram ajustes ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício contábil, incluem:

a) Tributos

A Sociedade constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.
Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Sociedade.

b) Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Sociedade reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3. BASE DE APRESENTAÇÃO, ELABORAÇÃO E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NA PRODUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Compreende o saldo em caixa, os depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras de curto prazo com liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, e com baixo risco de variação de seu valor, com vencimento no prazo de três meses ou menos a contar da data da contratação da operação.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, os quais se aproximam de seu valor justo e não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Classificação

A Sociedade classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: Custo amortizado, Valor justo por meio do resultado, e, Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- Ativos financeiros ao custo amortizado: São classificados como ativos financeiros, os ativos mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios da Sociedade;

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado são os que não possuem definição específica quanto à manutenção para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou para realizar a vendas desses ativos no modelo de negócios da Sociedade;

- Ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes: Os ativos financeiros classificados como valor justo por meio de outros resultados abrangentes são todos os outros ativos não classificados nas categorias acima.

Reconhecimento e mensuração

Os instrumentos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Sociedade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Outras receitas e (despesas) operacionais" no período em que ocorrem.

Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito da Sociedade de receber dividendos.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Sociedade ou da contraparte.

3.3. Contas a receber e provisão de perdas esperada de créditos

Devido às características do contas a receber da Sociedade, sendo elas (i) carteira de recebíveis sem complexidade, e (ii) baixo risco de crédito, a Sociedade adotou a abordagem simplificada de perda de crédito esperada, que consiste em reconhecer a perda de crédito esperada pela vida útil total do ativo.

Em 31 de dezembro de 2019, a metodologia de cálculo das perdas de créditos esperada era realizada com base na perda histórica. A metodologia utilizada consistiu em utilizar uma estimativa por faixa de vencimento através da média ponderada de perdas dos últimos 12 meses. A Sociedade concluiu também que os indicadores macroeconômicos não tiveram impacto significativo em suas estimativas.

De forma a corroborar esse entendimento, a Sociedade realizou diversas análises de correlação entre indicadores que poderiam influenciar o setor em que atua e seu histórico de perdas de créditos esperadas, como o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Após análise, a Administração concluiu que a metodologia já adotada pela Sociedade atende ao modelo de perda de crédito esperado e, por esse motivo, a adoção inicial do CPC 48 / IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, não trouxe impactos materiais na mensuração das perdas de créditos esperada.

3.4. Imobilizado

Os valores do imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Sociedade reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens e as baixas reconhecidas em resultado por venda ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Adicionalmente, benfeitoria em imóveis de terceiros são amortizadas pelo menor valor entre a vida útil da melhoria e o prazo remanescente contratual.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

3.5. Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente com vidas úteis definidas são apresentados a custo, menos amortização e, quando aplicável, perdas por redução do valor recuperável. A amortização é reconhecida pelo método linear, com base na vida útil estimada dos ativos.

3.6. Arrendamento

A Sociedade avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Sociedade reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Sociedade seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, a Sociedade reconhece os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Sociedade usa sua taxa incremental de captação. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

3.7. Análise de recuperabilidade de ativos (teste de “Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma perda por deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são avaliados individualmente ou são agrupados em menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Em 31 de dezembro de 2019, a Administração não identificou indicativos de “impairment” que pudessem gerar perdas do valor registrado.

3.8. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais, são as seguintes:

Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

Passivos contingentes são provisionados na medida em que a Sociedade espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensurados com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda destes processos é avaliada como possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada em nota explicativa.

Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados ou divulgados.

3.9. Imposto de Renda pessoa jurídica e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Presumido) – correntes e diferidos

São calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R$240 mil por ano e 9% de CSLL).

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

3.10. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial, quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, os correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses, caso contrário, serão apresentados como não circulantes.

3.11. Reconhecimento de receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas quando ocorrer a prestação de serviços. As receitas, incluindo receitas não faturadas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes sobre ela, abatimentos e descontos.

As receitas ainda não faturadas representam receitas incorridas, cujo serviço foi prestado, mas ainda não foi faturado até o final de cada período e são reconhecidas como contas a receber de clientes com base em estimativas mensais dos serviços completados.

Com a adoção do CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente, a qual estabelece um modelo de cinco etapas aplicáveis sobre a receita de um contrato com cliente, a Sociedade passou a reconhecer a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de desempenho dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

3.12. Evento Subsequente

Até a data de autorização da emissão destas demonstrações, não houve eventos subsequentes que possam impactar de forma relevante a posição patrimonial e financeira da Sociedade.